

V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

IDENTIDADE DE GÊNERO COMO DIREITO HUMANO E O ACESSO À SAÚDE

AUTOR PRINCIPAL: Maria Fernanda Kemmerich

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Cristina Fioreze

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

O Brasil está em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais. Após perceberem que se identificam com o gênero oposto ao que lhes foi atribuído, essas pessoas passam a travar uma verdadeira luta pela sobrevivência, que se intensifica em países extremamente intolerantes como o Brasil. É de extrema importância que se fale sobre o tema em nosso país, já que muito da intolerância é gerada pela falta de conhecimento acerca do que é ser transexual, transgênero ou travesti.

Em um país como o Brasil que tem um preconceito tão grande contra pessoas que não estão dentro dos padrões heteronormativos é muito importante que Universidades desenvolvam projetos voltados a essa população.

DESENVOLVIMENTO:

No ano de 2013 a Organização das Nações Unidas Brasil lançou uma publicação chamada “Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional dos direitos humanos” (ONU, 2013), a qual afirma que tanto a identidade de gênero quanto a orientação sexual são direitos humanos. Esse documento traz que quando se trata de direitos das pessoas LGBTTT não há nada de radical nem complicado já que está ancorada em dois princípios fundamentais que estão na frase de abertura da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”

V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



Diante disso passamos a entender a liberdade de expressar orientação sexual e identidade de gênero como um direito básico das pessoas, o que vem de encontro com o fato de que cada dia os índices de violência contra essa população aumentam e o número de assassinatos é cada dia maior. Segundo o “Mapa de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017” (ANTRA, 2018), naquele ano foram assassinadas 179 pessoas travestis e transexuais, o que coloca o país no topo do ranking de assassinatos de pessoas transexuais. A intolerância com essa população é extremamente grande, trazendo muitas consequências já que impede o acesso aos direitos básicos, o que afeta diretamente a qualidade de vida dessas pessoas. A expectativa de vida de uma pessoa transexual no Brasil é de 35 anos (ANTRA, 2018). Todo esse preconceito vem de uma certa ordem compulsória de gênero imposta pela sociedade, que dita características específicas para o gênero feminino e outras para o masculino e associa o gênero diretamente ao sexo. Segundo Butler (1990, p. 24) “por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído, conseqüentemente, não é causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo.”

Um grande desafio para a população travesti e transexual no Brasil é o acesso à saúde, o processo transexualizador oferecido pelo Sistema Único de Saúde só foi instituído em 2008 com as portarias 1.707 e 457, e garante atendimento integral a pessoas transexuais e travestis, que incluem desde o uso do nome social, atendimento psicológico, hormonioterapia, até cirurgias de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social.

Dede então a expansão dos serviços de saúde especializados para essa população tem sido lenta. Segundo o Ministério da Saúde existem apenas 11 ambulatórios habilitados para atender a população transexual de todo Brasil, o que dificulta muito o acesso dessas pessoas aos tratamentos adequados. Além dos riscos que correm quando fazem tratamentos hormonais sem orientação médica, ainda existe o grande risco de suicídio provocado pelo preconceito da sociedade e pela falta de acompanhamento psicossocial.

Diante de tudo, justifica-se o o Projeto de extensão da UPF "Diversidades: visibilidade e garantia de direitos", em fase de implantação no ano de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Projeto "Diversidades: visibilidade e garantia de direitos" tem como objetivo defender e promover os direitos da população LGBTTT, incluindo cuidados com saúde e demandas psicológicas, sociais e jurídicas, facilitando o acesso à saúde por meio do ambulatório de Identidade de Gênero, atendendo também as necessidades psicossociais dessas pessoas e promovendo ainda ações socioeducativas, que visam superar o preconceito que existe em relação a essa população.

REFERÊNCIAS

